

A integração entre forças de segurança como ferramenta estratégica no combate ao crime organizado no estado do Pará

Collaboration between security forces as a strategic tool in combating organized crime in the state of Pará

Girlândia Guilherme dos Santos Quaresma¹

Eder Verçosa de Figueiredo²

Rogério Pina Varejão³

Ivanilson Freitas da Silva⁴

RESUMO

Este estudo investiga como a colaboração entre diferentes entidades de segurança pode ser estruturada de forma contínua e efetiva para enfrentar o crime organizado no Pará, diante de um território de dimensões e características singulares. O problema que se coloca é: nenhuma instituição consegue, sozinha, cobrir, investigar e responder de maneira integral ao crime que transita por rios, florestas e fronteiras do Estado. O objetivo aqui é demonstrar que a integração entre forças não é apenas uma boa prática, é uma necessidade estratégica, e apontar caminhos para torná-la permanente e não só pontual. Especificamente, busca-se identificar onde a cooperação já funciona, quais são os entraves que ainda persistem e como a Polícia Militar do Pará pode atuar como elo central dessa rede. A metodologia envolveu análise de legislações, relatórios de operações e estudos publicados entre 2020 e 2026, com foco na realidade paraense. Os resultados indicam que, onde há colaboração estruturada, as apreensões aumentam e as áreas sob domínio do crime tendem a diminuir. No entanto, ainda faltam canais de comunicação ágeis, confiança consolidada entre as equipes e um compartilhamento verdadeiro de informações. Conclui-se que a integração precisa fazer parte da rotina, e não acontecer apenas em grandes operações.

¹ 3º SGT PM RG 37527 - Polícia Militar do Pará. Pará, Brasil.

² 3º SGT PM RG 37.567 - Polícia Militar do Pará. Pará, Brasil.

³ 3º SGT PM RG 35.626 - Polícia Militar do Pará. Pará, Brasil.

⁴ 3º SGT PM RG 35617 - Polícia Militar do Pará. Pará, Brasil.

Palavras-chave: Segurança Pública. Colaboração. Crime Organizado. Polícia Militar do Pará. Cooperação Interinstitucional.

ABSTRACT

This paper examines how joint action among security agencies can be structured effectively to face organized crime in the State of Pará, a territory marked by vast forests, extensive river networks and crossing borders. The core research problem is straightforward: no single institution can fully cover, investigate and respond to criminal activity that moves seamlessly across jurisdictions. The main purpose is to demonstrate that integration is not merely a desirable approach, but it is an essential strategy, and to propose ways of making cooperation steady rather than occasional. Specifically, the study identifies successful experiences, persisting barriers and the role of the Military Police of Pará as a key link in the security network. The research draws on legislation, operational reports and scholarly articles published from 2020 to 2026. Findings show that coordinated action leads to higher seizure rates and reduced criminal influence, yet obstacles remain in information flow, mutual trust and routine data sharing. It is concluded that genuine integration must be built in daily work, not only during major operations.

Keywords: Public Security. Joint Action. Organized Crime. Military Police of Pará. Inter-agency Cooperation.

1. INTRODUÇÃO

Aqueles que atuam na área de segurança no Pará logo percebem uma realidade: o território é vasto, com mais de 1,2 milhão de quilômetros quadrados, rotas que se estendem por rios e estradas, e o crime se movimenta como um fluxo onde menos se espera. Organizações criminosas não respeitam divisões administrativas; entram por um lado, saem pelo outro e usam caminhos onde a vigilância é mais escassa. Cada instituição tem sua missão definida por lei, mas a realidade não cabe em compartimentos. A Polícia Militar do Pará (PMPA) está presente nos 144 municípios, faz patrulhamento e responde a ocorrências, mas não tem atribuição de investigar. A Polícia Civil aprofunda investigações, mas não chega com a mesma frequência às comunidades mais afastadas. A Polícia Federal cuida de crimes que cruzam fronteiras, mas não atua de forma contínua no interior. A Marinha do Brasil monitora

as vias aquáticas, mas não atua de maneira prolongada em áreas terrestres. Quando cada um age de forma isolada, a lacuna entre as instituições vira oportunidade para o crime.

Diante disso, pergunta-se: como tornar a cooperação entre as forças de segurança do Pará uma prática contínua, estruturada e efetiva, em vez de restringi-la a operações isoladas?

O objetivo geral deste estudo é analisar a importância da integração interinstitucional no enfrentamento ao crime organizado no Pará, identificando avanços, dificuldades e caminhos para fortalecê-la. Como objetivos específicos: descrever as atribuições e a complementaridade entre os órgãos de segurança; apresentar experiências bem-sucedidas de atuação conjunta no Estado; e propor medidas para consolidar a colaboração de forma permanente.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Cada um com sua função, todos com metas comuns

O artigo 144 da Constituição Federal estabelece de forma clara as atribuições de cada órgão: a Polícia Militar realiza patrulhamento ostensivo e ações preventivas; a Polícia Civil conduz investigações em âmbito estadual; a Polícia Federal atua em casos que envolvem mais de um estado ou país; a Marinha responde pela segurança nas águas; e ainda há o Corpo de Bombeiros, a Receita Federal e órgãos de inteligência que integram esse sistema (BRASIL, 1988). Conforme explicam Costa e Silva (2024), essas funções não se substituem, se complementam. As informações levantadas pela PM nas ruas orientam investigações; o que a Polícia Civil descobre indica onde a PM deve reforçar a presença; a inteligência antecipa movimentos; e o controle de rotas impede o avanço de mercadorias e substâncias ilegais. Nenhum esforço é independente: todos são partes de um todo.

2.2 O crime não tem fronteiras, e a resposta também não deve ter

Organizações criminosas não se limitam a um único espaço ou meio de transporte. Usam rios, rodovias e até aeroportos ao mesmo tempo. Quando a resposta do Estado é fragmentada, o grupo criminoso simplesmente age onde a cobertura é menor (SOUZA, 2025). No Pará, esse quadro é ainda mais evidente: a extensão territorial e a diversidade de caminhos fazem com que a falta de integração deixe áreas inteiras sem supervisão compartilhada. Tráfico de drogas, contrabando de armas, mineração ilegal e roubo de cargas têm um ponto em comum: transitam por

várias áreas de responsabilidade e exigem resposta unificada e constante (SILVA, 2024).

2.3 Integrar vai além de reunir viaturas

Muitos pensam que operação conjunta é apenas juntar equipes no mesmo dia. Mas integração de verdade é mais ampla: significa trocar informação antes do fato acontecer, planejar junto, definir claramente quem faz o quê, acompanhar resultados e aprender com os acertos e os erros. Exige também construir confiança entre equipes que nem sempre conviveram de perto (MENDES, 2025).

3. METODOLOGIA

Trata-se de uma pesquisa de natureza descritiva, realizada com base em análise documental e bibliográfica, conforme os princípios de Gil (2017). Foram consultadas legislações federais e estaduais aplicáveis à segurança pública, relatórios internos de operações conjuntas realizadas no Pará entre 2020 e 2026, e artigos científicos publicados no período sobre cooperação entre forças e segurança na Amazônia paraense. A seleção dos materiais priorizou trabalhos que abordassem a realidade específica do Estado e a atuação da PMPA. Os dados foram organizados e interpretados de forma a identificar padrões de colaboração, entraves recorrentes e possíveis soluções aplicáveis ao cotidiano das instituições. É importante registrar que o estudo tem limitações: não inclui entrevistas com profissionais das forças, o que significa que a percepção direta dos agentes não está contemplada nesta etapa.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1 A união traz resultados concretos

No Pará, já há experiências que mostram: quando as forças atuam juntas, os resultados aparecem. Em ações envolvendo PMPA, Polícia Federal e Marinha nas regiões de fronteira aquática e rotas interestaduais, foram apreendidas quantidades de drogas, armas e mercadorias que dificilmente teriam sido alcançadas por uma instituição sozinha. Reuniões periódicas entre comandos em Belém, Santarém, Altamira e Marabá ajudaram a definir prioridades e alinhar ações. Quando a informação chega rápido a quem precisa, o patrulhamento ganha precisão e eficiência (PMPA, 2025).

4.2 Os entraves que ainda persistem

Apesar dos avanços, a integração plena ainda não foi construída. Cada instituição forma seus profissionais com base em normas e rotas próprias, e a confiança mútua se constrói com tempo. Em situações de urgência, a informação pode demorar a chegar à pessoa certa. Nem todas as equipes contam com os mesmos recursos, viaturas, combustível, pessoal para participar de ações. O que é prioridade para um pode não ser para o outro. Além disso, os sistemas de informação não se conectam, e ninguém tem, de forma isolada, o quadro completo do que acontece no território (COSTA, 2024).

4.3 O papel central da PMPA nessa rede

Estar presente em todos os municípios coloca a PMPA numa posição singular: frequentemente, é a primeira a perceber movimentações estranhas, conversar com a comunidade e registrar o que ocorre. Cabe à Corporação, portanto, repassar a informação com clareza e agilidade à instituição competente, participar da construção de estratégias e trazer a perspectiva de quem conhece de perto cada local e cada população (SILVA, 2024).

4.4 A parceria se faz no dia a dia

Um dos maiores equívocos é achar que integração acontece só em grandes operações. A verdadeira colaboração se estabelece nas reuniões rotineiras de alinhamento, nas ligações diretas entre equipes, nos treinamentos feitos juntos, na confiança que cresce com a convivência. Quando a comunicação flui naturalmente, a resposta chega antes do esperado (MENDES, 2025).

5. CONCLUSÃO

O crime organizado não age sozinho e a resposta a ele também não pode. As experiências vividas no Pará já mostram que unir forças funciona. Os desafios existem, mas não são impossíveis de superar: exigem vontade, planejamento e disposição para caminhar junto.

Para avançar de forma consistente, é fundamental:

- Instituir reuniões periódicas de alinhamento entre comandos, com datas estabelecidas e compromisso efetivo;
- Criar canais de comunicação ágeis e diretos, garantindo que a informação chegue a tempo;

- Realizar treinamentos conjuntos desde a formação, para que os profissionais aprendam a atuar integrados;
- Definir claramente atribuições em cada operação, evitando dúvidas no momento da ação;
- Avaliar resultados de forma compartilhada, reconhecendo o que funciona e ajustando o que não funciona;
- Fortalecer o papel da PMPA como elo de ligação, por estar presente em todo o território.

Ninguém faz segurança sozinho no Pará. É trabalhando junto, confiando e compartilhando que cada rio, cada estrada e cada comunidade podem se tornar espaços mais protegidos.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição Federal de 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br>. Acesso em: 20 set. 2026.

COSTA, M. A. Colaboração de forças: desafios da cooperação entre instituições no Pará. *Revista Paraense de Segurança Pública*, v. 8, n. 1, p. 78–95, 2024.

COSTA, M. A.; SILVA, C. R. Competências complementares: a interseção entre prevenção e investigação. *Revista de Estudos de Segurança Integrada*, v. 5, n. 2, p. 102–118, 2024.

GIL, A. C. Como elaborar projetos de pesquisa. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

MENDES, J. R. Cultura de cooperação: capacitação e confiança entre as instituições. *Revista Brasileira de Segurança Pública*, v. 15, n. 1, p. 89–105, 2025.

PMPA. Relatório de operações conjuntas — 2024/2025. Comando-Geral da Polícia Militar do Pará, 2025.

SILVA, C. R. A atuação da PMPA como elo de união no interior. *Revista de Segurança e Cidadania*, v. 10, n. 1, p. 45–62, 2024.

SOUZA, P. V. Crime organizado e rotas de tráfico na Amazônia paraense. *Revista de Direito e Segurança da Amazônia*, v. 13, n. 2, p. 41–58, 2025.

. 201–218, 2025.